

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 30 de outubro de 2024

**CNI** Confederação  
Nacional  
da Indústria

Nesta edição:

- ***Câmara finaliza a votação do projeto que dispõe sobre Comitê Gestor do IBS e processo administrativo tributário (PLP 108/2024)***
- ***Projeto que eleva a participação da União no FGO e define a não realocação dos recursos não utilizados do Desenrola para o Pronampe vai à sanção (PL 2750/2024)***
- ***Câmara aprova repartição das receitas de créditos do Renovabio com produtores de matéria-prima (PL 3149/2020)***
- ***Comissão de Trabalho da Câmara (CTRAB) aprova projeto que revoga artigos da CLT por redundância e incompatibilidade com outros dispositivos legais (PLP 1663/2023)***
- ***CCJ realiza audiência pública sobre interesses dos setores produtivos e o impacto da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024)***
- ***CRA discute a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do País, no contexto de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024)***
- ***CDE realiza audiência pública para tratar do Plano Nova Indústria***
- ***Comissão de Ciência e Tecnologia realiza audiência para debater o Programa Conecta e Capacita***

## ***Câmara finaliza a votação do projeto que dispõe sobre Comitê Gestor do IBS e processo administrativo tributário (PLP 108/2024)***

O Plenário da Câmara dos Deputados finalizou a votação dos destaques do PLP 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e do processo administrativo tributário. A proposição é parte fundamental da regulamentação da reforma tributária e teve sua votação iniciada em 13/08.

O relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), apresentou hoje (30) uma emenda aglutinativa, que foi aprovada por 403 votos a favor e 0 contra. Dos 7 destaques apresentados, 4 foram prejudicados em relação ao texto do relator, um foi retirado e os outros dois foram rejeitados em votações (DTQ 2 e DTQ 5).

O DTQ 2 tinha o objetivo de incluir no PLP dispositivos sobre o Imposto sobre Grandes Fortunas, enquanto o DTQ 5 propunha a votação separada de um dispositivo sobre o exercício integrado de competências administrativas relativas ao IBS entre os entes federativos.

As mudanças importantes relacionadas ao ITCMD incluem a não incidência do imposto sobre a previdência privada e sobre a distribuição desproporcional de lucros e dividendos, cisão desproporcional e aumento ou redução de capital a preços diferenciados, desde que não haja justificativa negocial.

A matéria será remetida ao Senado.

### ***Projeto que eleva a participação da União no FGO e define a não realocação dos recursos não utilizados do Desenrola para o Pronampe vai à sanção (PL 2750/2024)***

O Plenário do Senado Federal aprovou o PL 2750/2024, que propõe aumentar o aporte de recursos federais no FGO e a não devolução dos recursos do Desenrola Brasil para o Pronampe.

A medida autoriza uma contribuição adicional de até R\$ 500 milhões da União ao FGO, especificamente destinado à concessão de créditos agrícolas via Pronaf. Citado programa já é beneficiado pelo Plano Safra, com um total de R\$ 76 bilhões para 2024/25, refletindo seu papel crucial no desenvolvimento agrícola sustentável.

O FGO assegura às instituições financeiras o reembolso de parcelas inadimplentes nos empréstimos realizados, proporcionando, dessa forma, maior acessibilidade ao crédito para o agricultor familiar, uma vez que a garantia governamental oferece segurança adicional ao banco.

A CNI expressa preocupação com o potencial prejuízo ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) devido ao redirecionamento dos recursos do FGO. Desde sua implementação em 2020, o Pronampe facilitou mais de 2,2 milhões de operações de crédito, beneficiando acima de 1,66 milhão de empresas, com um volume total de R\$ 162,2 bilhões.

As garantias providas pelo FGO são essenciais para minimizar os riscos aos credores e promover a disponibilidade de crédito, especialmente diante da dificuldade imposta pela falta de garantias no acesso a financiamentos por pequenos empresários.

O FGO também suporta outros programas como Acredita, Desenrola e Procred 360, levantando a questão da distribuição equitativa dos recursos entre os diversos programas assistidos.

A matéria segue para sanção presidencial.

### ***Câmara aprova repartição das receitas de créditos do Renovabio com produtores de matéria-prima (PL 3149/2020)***

O Plenário da Câmara aprovou a inclusão do produtor independente de matéria-prima destinada à produção de biocombustível como beneficiário das receitas obtidas com a comercialização de Créditos de Descarbonização (CBios), nos termos do substitutivo do Deputado Benes Leocádio (UNIÃO/RN).

O substitutivo aprovado refletiu o acordo realizado entre os produtores de matéria-prima e os produtores de biocombustíveis, a fim de que o produtor de cana-de-açúcar destinada à produção de etanol tenha direito a uma participação de, no mínimo, 60% das receitas com a comercialização de CBios referentes ao volume de etanol derivado da matéria prima.

Os produtores que fornecerem os dados primários necessários ao cálculo da nota de eficiência energético-ambiental terão direito a um adicional de 85% da receita líquida gerada na comparação com o perfil padrão.

A matéria segue ao Senado Federal.

### ***Comissão de Trabalho da Câmara (CTRAB) aprova projeto que revoga artigos da CLT por redundância e incompatibilidade com outros dispositivos legais (PLP 1663/2023)***

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTRAB) aprovou o PL 1663/2023, que revoga artigos da CLT por entender que se tornaram incompatíveis com a Constituição Federal e legislação posterior.

A iniciativa otimiza a legislação trabalhista, por facilitar aos destinatários da norma o conhecimento de suas obrigações e proporcionar mais clareza sobre o que ainda está vigente e o que não mais vigora.

Diferentemente do projeto original, o substitutivo do Dep. Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE) manteve o art. 503 na CLT, além de considerar não recepcionado o art. 518 e revogar o art. 523, o que representa um avanço.

O art. 503 da CLT permite redução salarial de até 25% dos empregados da empresa em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados. O artigo não foi revogado pela Lei que institui o Programa Emergencial (Lei nº 14.437/2022) como defendia o autor do projeto, Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM), já que tem sua aplicação restrita a hipóteses em que o Poder Executivo Federal reconheça estado de calamidade pública (art. 1º), o que dificulta a implementação pelas empresas.

Além disso, o substitutivo considerou não recepcionado o art. 518, que trata do procedimento de outorga sindical pelo Ministro do Trabalho, o que pode ser interpretado como positivo, pois o dispositivo constituía uma indevida ingerência estatal na liberdade sindical, dado que o reconhecimento foi substituído pelo registro, disciplinado por portaria do MTE.

De igual maneira, é relevante a revogação do art. 531 da CLT, pois o dispositivo traz regras para o processo eleitoral dentro dos sindicatos. Tais regras, contudo, de acordo com o princípio constitucional da liberdade sindical, devem ser fixadas no estatuto da entidade e no regulamento de seu processo eleitoral.

Com a aprovação do parecer do relator na CTRAB, Dep. Ossesio Silva (Republicanos/PE), o projeto segue para apreciação da Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC).

### ***CCJ realiza audiência pública sobre interesses dos setores produtivos e o impacto da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024)***

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, realizou audiência pública sobre os interesses dos setores produtivos e o impacto da reforma tributária no PIB e na economia com ganhos motivados pela melhor alocação de recursos.

O Sen. Eduardo Braga (MDB/AM) informou que na próxima semana não serão realizadas audiências em razão da decisão dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), de suspenderem as atividades legislativas na diante da realização da 10ª Cúpula dos Presidentes de Parlamntos do G20 (P20). Com isso, o calendário de trabalho será reformulado.

**Armando Monteiro Neto**, Conselheiro Emérito da **CNI**, destacou que a desindustrialização prejudica a economia brasileira. Segundo ele, o mundo está em disputa pela atração de indústrias na realocação das Cadeias Globais de Valor. Enquanto isso, o Brasil impõe dificuldades à indústria existente e afugenta aquelas que desejam se instalar no país.

Nesse sentido, ressaltou que o sistema tributário atual é um dos principais problemas para a competitividade da indústria brasileira. A cumulatividade - resultante do acúmulo indevido de resíduos tributários na cadeia produtiva - eleva os preços dos produtos industriais brasileiros em 7,4%, em média. Isso desequilibra a concorrência com empresas estrangeiras, tanto nas exportações quanto no mercado interno.

Outra distorção é a morosidade do Fisco no ressarcimento de saldos credores, que gera litigiosidade. Além disso, o custo do crédito no Brasil é elevado, com uma taxa média de juros de 21,59% ao ano para capital de giro.

Desse modo, a reforma tributária elimina essas distorções, melhorando significativamente a competitividade da indústria e acelerando o crescimento econômico do país, com um

aumento estimado de 12% no PIB em 15 anos. Por fim, pontuou que, embora o texto do PLP 68/2024 seja muito positivo, pode ser aperfeiçoado com as seguintes mudanças:

- Redução do prazo de ressarcimento dos saldos credores de IBS e CBS;
- Aperfeiçoamento das regras de compensação dos incentivos fiscais de ICMS;
- Garantia de isonomia entre bens importados e bens adquiridos no mercado interno nos regimes aduaneiros;
- Impedimento da cobrança do IS sobre bens minerais; e
- Vedação da suspensão de IBS e CBS na compra de bens de capital em regime baseado em lista.

**Igor Lopes Rocha**, Economista Chefe do Departamento de Economia da **FIESP**, afirmou que a visão da Federação sobre a Reforma Tributária é semelhante à da CNI, destacando que as distorções que prejudicam o crescimento do país devem ser enfrentadas. Ele também mencionou que, embora os setores defendam suas particularidades, a ampliação das exceções à alíquota padrão compromete a eficiência do novo modelo de tributação sobre o consumo. Esclareceu que o IVA é um modelo neutro, ou seja, qualquer distorção será refletida em outras etapas da cadeia produtiva.

**Renato Conchon**, Coordenador do Núcleo Econômico da **CNA**, destacou os aprimoramentos propostos pela entidade para garantir segurança jurídica, não cumulatividade plena e ajustes redacionais. Entre as sugestões, estão: (i) definir o que é produto *in natura*; (ii) permitir o diferimento na compra da produção rural; (iii) desonerar os bens de capital; e (iv) garantir que o IS não incida sobre aeronaves de pulverização.

**Alessandra Brandão**, Consultora Tributária da **CNT**, destacou que, atualmente, o transporte internacional é isento de PIS/Cofins e ICMS. No entanto, o PLP 68/2024 exige que o contratante seja uma empresa domiciliada no exterior para que o transporte seja considerado exportação e fique isento, o que beneficia as empresas estrangeiras em detrimento das nacionais. Outras preocupações são a falta de clareza sobre a carga tributária aplicada ao transporte intermunicipal e interestadual de passageiros; os benefícios para o transporte aéreo de passageiros; a inclusão do termo "suburbano" na isenção do transporte urbano de passageiros; a não incidência de tributos sobre o vale-pedágio; e a extensão do fato gerador para o início do transporte de cargas.

### ***CRA discute a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do País, no contexto de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024)***

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal, realizou audiência pública para tratar da regulamentação da reforma tributária.

**João Dornellas**, Presidente Executivo da **Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA)**, destacou a importância da segurança alimentar, ressaltando que o Brasil é visto como o "supermercado" e "celeiro do mundo". Tradicionalmente exportador de produtos *in natura*, desde 2022 o Brasil também se tornou o maior exportador de alimentos industrializados. Do

total produzido no país, 3/4 abastecem o mercado interno e 1/4 é exportado para 190 países. Afirmou que a cadeia produtiva gera 10 milhões de empregos e a indústria alimentícia compra 61% do que o agronegócio produz, chegando a 67,5% quando se considera a agricultura familiar. Apesar da força do setor, 60 milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar, não por falta de alimentos, mas por falta de acesso a eles, agravada pela alta carga tributária brasileira. Para a ABIA, a reforma tributária é uma oportunidade de promover justiça social, facilitando o acesso aos alimentos. Desde a PEC 45/2019 (agora EC 132/2023), a ABIA defende que todos os alimentos no Brasil deveriam ser mais acessíveis. Dornellas também argumentou que a indústria não "ultraprocessa" alimentos, mas assegura a segurança e preparo para o consumo, criticando a definição de "ultraprocessados" como confusa e ampla demais.

**Maria Angélica Feijó**, Assessora Técnica do Núcleo Econômico da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil** e representante do **Instituto Pensar Agropecuária (IPA)**, iniciou sua fala destacando a importância da cadeia produtiva de alimentos para a economia do país, com dados sobre a contribuição do agronegócio brasileiro para o PIB, empregos e exportações. Ela afirmou que o setor agro paga tributos na mesma proporção que gera bens e serviços para o PIB e mencionou que a maioria dos países da OCDE aplica alíquotas reduzidas ao setor. Nesse contexto, sugeriu melhorias ao texto do PLP 68/2024, com foco em: ajuste técnico no conceito de produto agropecuário; crédito presumido de CBS na compra de produto rural, compensável com qualquer tributo da Receita Federal e revisado a cada 5 anos; revisão na lista de insumos agropecuários; e ajustes nos produtos da cesta básica e demais alimentos com redução de 60%, além de isenção de IBS e CBS em operações com imóveis rurais.

**Clorivaldo Roberto Levrero**, Presidente do Conselho Deliberativo da **Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (ABISOLO)**, informou que a associação representa 148 empresas e investiu fortemente em PD&I, especialmente em fertilizantes especiais, com 2,8 bilhões aplicados nos últimos 10 anos. Explicou que a reforma tributária impacta a segurança alimentar em quatro pilares: empresas, governo, produtores de alimentos e consumidores. Resumidamente, para as empresas, entende que o tributo é um componente do preço, elevando o custo de produção dos insumos. Para o governo, o impacto é político e social, pois o aumento dos preços dos alimentos eleva a inflação e reduz o poder de compra da população, de forma a aumentar os gastos sociais. Os produtores de alimentos enfrentam maior custo dos insumos e de produção, demandando mais capital e financiamento, o que pode resultar em prejuízos quando a produção não cobre os custos. Já sobre os consumidores, a Associação entende que são prejudicados pelo aumento dos preços e pela queda no poder de compra, o que afeta a qualidade da alimentação e a saúde, aumentando a desigualdade social.

### ***CDE realiza audiência pública para tratar do Plano Nova Indústria***

A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública para tratar do Plano Nova Indústria.

**Samantha Ferreira e Cunha**, Gerente de Política Industrial da **CNI**, destacou a importância da indústria para o crescimento econômico a longo prazo. Sendo assim, a Nova Indústria Brasil (NIB) é um instrumento fundamental para reposicionar o setor industrial na estratégia de desenvolvimento do país. A Política inclui medidas para melhorar o ambiente de negócios e ações de compras públicas que totalizam R\$ 405 bilhões, atualmente. Destacou que, a cada R\$ 1 investido na indústria, é gerado R\$ 2,44 na economia, sendo um valor superior ao de outros setores. Contudo, enquanto os setores agropecuário e de serviços avançam, a participação da Indústria no PIB cresce lentamente devido à desindustrialização prematura e à queda de 1,4% ao ano na indústria de transformação na última década.

Assim, ressaltou que os desafios para a retomada do crescimento incluem: i) desindustrialização prematura; ii) infraestrutura deficiente; iii) alta carga tributária e burocracia, sendo a reforma tributária um instrumento importante para melhorar o ambiente de negócios; iv) concorrência com manufaturados asiáticos, especialmente da China; v) desatualização tecnológica do parque fabril; e vi) altas taxas de juros.

As principais economias do mundo estão investindo cerca de US\$ 12 trilhões em planos para fortalecer suas economias, incluindo investimentos subsidiados, barreiras à exportação, abertura de centros de P&D e aumento de acordos comerciais.

Destacou outros instrumentos importantes, tais como:

- Programa Mobilidade Verde e Inovação – MOVER;
- Letra de Crédito de Desenvolvimento – LCD;
- Brasil Mais Produtivo – B+P;
- Depreciação acelerada;
- Ações do BNDES de apoio à exportação; e
- Margens de Preferência em compras públicas.

Mencionou que a CNI concedeu apoio ao MDIC no detalhamento de 18 nichos industriais prioritários para as 6 missões da NIB, por meio de pesquisa e análise de dados sobre a estrutura produtiva e impactos econômicos. Além disso, está estruturando câmaras de diálogo entre Governo e Indústria para organizar as demandas do setor produtivo e ações para disseminação da NIB e busca de maior adesão do público.

Por último, disse que é a Agenda de Redução do Custo Brasil é crucial, pois os resultados esperados da política industrial ficam ameaçados sem o avanço paralelo das medidas que aumentam a competitividade. A política industrial não avança sem melhorias no ambiente de negócios.

**James Marlon Azevedo Gorgen**, Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do **MDIC**, mencionou que o conceito de nova industrialização foi definido como uma exploração de segmentos nos quais o país não tem uma presença tão forte. Isso resultou em um projeto com seis missões: i) cadeias agroindustriais; ii) cadeias da saúde; iii) infraestrutura (com metas revisadas e lançadas hoje); iv) transformação digital; v)

descarbonização; e vi) defesa nacional. Essas missões estão relacionadas às principais demandas da sociedade brasileira e às vocações industriais do país. Assim, o Governo desde que lançou a política em janeiro, trabalha com revisão de metas e a concretização de indicadores, além da definição das cadeias que serão priorizadas. Nesse período de revisão de metas para 2026 e 2033, será criado um colegiado com vários grupos de trabalho para adensar as cadeias prioritárias, discutindo quais são os interesses e como devem ser desenvolvidas. Informou que o Ministério está aberto ao debate sobre o adensamento das cadeias. Nos próximos meses, serão criados grupos de trabalho para as cadeias prioritárias, com 22 já mapeadas até aqui. A partir delas, as entidades serão convocadas para contribuir com esse processo, com a expectativa de que algo mais concreto esteja disponível no início do ano que vem.

**Roberto Sampaio Pedreira**, Gerente da Unidade de Monitoramento e Avaliação **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)**, mencionou que, embora haja crescimento da indústria no PIB, a indústria de transformação apresenta um crescimento menor. Um dos principais desafios é fazer com que essa indústria cresça mais do que outras categorias, como serviços e agropecuária. O percentual da formação bruta de capital fixo permanece abaixo de 20% há muitos anos. A NIB atua com o intuito de elevar esse percentual aos níveis entre 21% e 25% e reverter os problemas dos últimos anos pela falta de políticas industriais direcionadas, direcionar melhor os recursos e facilitar o alcance dos resultados. Segundo ele, um desafio da política é o monitoramento e a avaliação dos impactos da política. Por último, destacou que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) deve ser referendado pelo setor produtivo por meio das cadeias produtivas priorizadas.

**André Godoy**, Diretor Executivo da **Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)**, destacou que a política industrial é essencial para a geração de empregos qualificados. Os investimentos na indústria são fundamentais, pois estimulam 66% dos investimentos em P&D, os salários médios são 40% superiores a outros setores e geram mais exportações e tributos. Mencionou que há uma corrida global de medidas de política industrial, com bancos públicos liderando os financiamentos, segundo o FMI. Assim, o papel dos bancos de desenvolvimento na NIB inclui financiamentos, melhoria do ambiente de negócios e uso de compras públicas. Esses investimentos, já em andamento, totalizam cerca de R\$ 400 bilhões, financiados por instituições como Banco da Amazônia (BASA), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMPRAPII), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e BNDES. Apesar desse montante, ainda é considerado baixo em comparação com potências. Indicou que a política já avançou e está promovendo desenvolvimento no país, visto que o PIB da indústria tem crescido nos últimos trimestres, em parte devido aos investimentos da política industrial. Por fim, mencionou que a taxa de juros alta é prejudicial ao país.

***Comissão de Ciência e Tecnologia realiza audiência para debater o Programa Conecta e Capacita***

Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal realizou audiência pública para debater o Programa Conecta e Capacita - potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública -, com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil".

Participaram da audiência representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério da Educação (MEC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com destaque para as seguintes manifestações:

O Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Felipe Morgado, lembrou o papel do Senai, que desde 1942 já atuou na qualificação de mais de 89 milhões de trabalhadores brasileiros, com foco na formação de profissionais para a Indústria e nas necessidades do setor produtivo.

O Superintendente destacou as ações desenvolvidas pelo SENAI que alinham tecnologia, educação, inclusão e inovação, como: a Rede de Institutos Senai de Inovação (Rede ISI), onde cada Instituto é especializado em um tema distinto; as Escolas Senai para a Indústria; as Escolas Móveis do Senai; e o Senai Educação Superior para a Indústria, com perfil profissional com foco em Indústria 4.0.

Segundo Morgado, a inovação é construída em parceria com as empresas. A partir das demandas apresentadas ao SENAI são formuladas alterações nos currículos e identificados desafios que são solucionados pelos estudantes. Em 2024, o setor industrial apresentou 2.230 solicitações, sendo 95% delas atendidas por ações inovadoras desenvolvidas por estudantes.

Por fim, Morgado expôs a nova iniciativa desenvolvida pelo SENAI voltada para Inteligência Artificial, chamada "Residência em IA". O projeto é focado na formação de profissionais capacitados e engloba mais de 280 projetos com empresas, nas áreas de ciência de dados, *machine learn*, *deep learn*, Gen AI e Visão Computacional. Ainda, citou a Escola Digital, desenvolvida em parceria com BigTechs, e estruturada em torno das possibilidades e potencialidades das tecnologias digitais.

Marcela Ferreira Paes França, Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação na Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), explicou que dentro da Coordenação de Inovação existem três frentes de atuação: i) iniciação tecnológica; ii) pesquisa, desenvolvimento e inovação; e iii) empreendedorismo.

Paes França destacou que a frente de empreendedorismo é responsável por conectar os estudantes da rede pública de ensino tecnológico com o mercado de trabalho e ofertar os instrumentos necessário para que iniciem seus próprios negócios.

Pontuou a dimensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e afirmou que o próximo desafio será conectar ambientes inovadores, incubadoras, empresas juniores e aceleradoras através da Rede Integra.

Também enumerou algumas ações para planejadas para o ano de 2025, como: i) continuidade da assistência técnica; ii) Novo Edital de Polos de Inovação; iii) reforço ao empreendedorismo para estudantes; iv) Prêmios de Inovação; v) Sistema de gestão de Ambientes e Polos de Inovação; e v) acordos de parcerias em novos de negócios em TICs.

Por fim, o Senador Fernando Dueire (MDB/PE), pontuou que, no Brasil, há perspectiva de grande crescimento dos setores de tecnologia, inovação e comunicação, embora, a formação de mão de obra capacitada no país ainda não acompanhe essa tendência. Afirmou que, ainda neste ano, pretende promover debates sobre orçamento para TICs e inclusão digital.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

[www.legisdata.cni.com.br](http://www.legisdata.cni.com.br)

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Superintendência de Assuntos Legislativos – SULEG | Superintendente: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: | Editoração: SULEG | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/ECON | Divulgação: CNI/DIRCOM | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9060 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

**CNI** Confederação  
Nacional  
da Indústria